

2001 — Nomeada em regime de comissão de serviço, Chefe de Divisão de Gestão e Estruturação Fundiária da DRAAL, por despacho de 13-07, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

2000 — Nomeada em regime de substituição, Chefe de Divisão de Gestão e Estruturação Fundiária da DRAAL, por despacho de 08-03, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1993 — Posse em 16-11, na categoria de Técnico Superior de 2.ª classe da carreira de Técnico Superior, do quadro de pessoal da DRAAL;

1992 — Estagiária em 13-03, da carreira de Técnico Superior da DRAAL, mediante contrato administrativo de provimento;

1990 — Contratada a termo certo em 06-02, por despacho de 30-01, do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, por 3 anos, com a categoria de Técnico Superior de 2.ª classe da carreira de Técnico Superior;

1988 — Jurista, em regime liberal, na DRAAL;

1987 — Docente na Escola Secundária de Moura.

201802893

Despacho (extracto) n.º 12218/2009

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, adiante designada por DRAP Alentejo;

Considerando a publicação da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, que definiu a estrutura nuclear das Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e o despacho n.º 9753/2007, de 30 de Março, que criou as unidades flexíveis da DRAP Alentejo e as respectivas competências, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 31 109/2008, de 16 de Setembro;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro;

Considerando que, concluído o procedimento concursal, o júri elaborou, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, a proposta de nomeação, tendo a sua escolha recaído na candidata Isabel Maria da Trindade Mota Ferreira;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da técnica superior, licenciada, Isabel Maria da Trindade Mota Ferreira e que a mesma possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para o provimento do cargo, conforme decorre da nota curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro:

Nomeio a técnica superior, licenciada, Isabel Maria da Trindade Mota Ferreira, para exercer em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Solos, Engenharia e de Sanidade Vegetal, do mapa de pessoal da DRAP Alentejo.

A presente nomeação produz efeitos à data da posse.

11 de Maio de 2009. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

Identificação:

Nome — Isabel Maria da Trindade Mota Ferreira.

Data de Nascimento — 28 de Agosto de 1955.

Habilitações académicas:

Curso de Engenheiro Agrónomo, Universidade Técnica de Lisboa (1978).

Formação profissional:

Releve-se da formação profissional:

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, 120 horas, 2007;

Curso Gestão por Objectivos e Avaliação do Desempenho, 21 horas, 2006;

Curso Introdução ao ArcGIS (9.x) nível I, 14 horas, 2005;

Curso Introdução ao ArcGIS (9.x) nível II, 21 horas, 2005;

Curso Agricultura Biológica, 140 horas, 2003;

Ação de formação Formação de Formadores, 105 horas, 1999.

Experiência profissional:

2007 — Nomeada, em regime de substituição, Chefe de Divisão de Solos, Engenharia e de Sanidade Vegetal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, por despacho de 5-04, do Director Regional;

2005 — Nomeada, em regime de substituição, Chefe de Divisão de Infra-Estruturas Rurais, Hidráulica, Engenharia Agrícola e Ambiente da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, por despacho de 1-10, do Director Regional;

2005 — Designada Presidente da Comissão Regional de Reserva Agrícola;

2004 — Designada representante da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo na comissão técnica de acompanhamento da Directiva n.º 91/696/CEE, sobre a poluição provocada por nitratos de origem agrícola;

1994 — Designada coordenadora do Secretariado de Apoio à Unidade Regional de Gestão das medidas n.ºs 1 «Infra-estruturas agrícolas», 4 «IED, formação, organização, divulgação e estudos estratégicos» e 5 «Incentivo aos produtores tradicionais regionais»;

1989 — Designada gestora regional do Programa Nacional de Drenagem e Conservação do Solo para a Região do Alentejo, por despacho de 12-11, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura.

201802941

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Instituto da Mobilidade e dos Transportes
Terrestres, I. P.

Anúncio n.º 3968/2009

Nos termos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, por deliberação de 30 de Abril de 2009 do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., no âmbito da competência própria, se encontra aberto o procedimento concursal comum para a contratação de 1 técnico superior, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

Este procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro.

Considerada a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, até à publicação de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, não foi efectuada a consulta prevista no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

1 — Identificação do acto — A abertura de Procedimento Concursal Comum para preenchimento de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (Direito).

2 — Modalidade da Relação Jurídica — Contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

3 — Prazo de validade — O presente procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento (reserva de recrutamento interna).

4 — Local de Trabalho — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P./Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro/Delegação Distrital de Viação de Leiria — Rua da Assunção, 25 — Guimaraes, 2400-068 Leiria.

5 — Caracterização do Posto de Trabalho — Exercício de funções com grau de complexidade 3, designadamente:

Área de condutores:

1 — Habilitação de condutores e de agentes da formação e examinação de condutores:

a) Proceder à examinação de condutores (realização de provas teóricas, práticas e das aptidões e do comportamento);

b) Proceder à habilitação de condutores (emissão de licenças de aprendizagem e de licenças e cartas de condução);

2 — Certificação de profissionais para o exercício das actividades de transporte:

Proceder à recepção de pedidos de certificação de profissionais de motoristas de táxi (decisão dos pedidos de CAP);